



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PERCEPÇÃO: O CASO DO PARQUE ESTADUAL
DAS FONTES DO IPIRANGA, SÃO PAULO, BRASIL.

Tania Maria Cerati ¹
Aline Queiroz de Souza ²

RESUMO

O presente trabalho foi realizado no entorno Parque Estadual das Fontes do Ipiranga e tem como objetivo diagnosticar as percepções ambientais e expectativas dos moradores com relação ao Parque e, a partir dos resultados desse diagnóstico, implantar um projeto de educação ambiental baseado na interlocução de diversos atores sociais buscando a melhoria da qualidade socioambiental da região. Utilizando a metodologia da pesquisa-ação formou-se um conselho com participantes da comunidade e representantes do Poder Público Estadual e Municipal. Os resultados da percepção ambiental identificaram problemas que foram tratados como temas geradores no processo educativo, caracterizado como um processo que ampliou o conhecimento da comunidade sobre a área, capacitou-a para o exercício da cidadania e executou algumas intervenções que promoveram a melhoria da qualidade de vida na região

Palavras chaves: educação ambiental, percepção ambiental, unidades de conservação, pesquisa-ação, processo participativo.

ABSTRACT

The research in this paper was carried out in the surroundings of the Parque Estadual das Fontes do Ipiranga. Firstly, it aims to diagnose the environmental perceptions and expectations of the locals. Once in possession of the results of such diagnosis, it aims to establish an environmental education project based on the dialogue between several social actors focusing on the improvement in both social and environmental quality in the studied region. Making use of the action research methodology, a council with local community participants as well as State and Municipal Representatives was assembled. The results of their environmental perception detected problems which were treated as generating themes in the educational process. Not only did such process manage to increase the local community's environmental knowledge on the area they live, but also it qualified them to exercise citizenship and executed a few interventions which promoted improvement in the life quality in the studied region.

¹ Pesquisador Científico- Instituto de Botânica da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Coordenadora da Comissão de Educação Ambiental da Rede Brasileira de Jardins Botânicos.

tcerati_ibt@yahoo.com.br

² Aluna de Ciências Biológicas da Universidade de São Paulo. Estagiária do Instituto de Botânica.

Keywords: environmental education, environmental perception, protected areas, action research, participation process.

Introdução

Para resguardar e assegurar a manutenção da biodiversidade as Unidades de Conservação (UCs) assumem um papel significativo na preservação de ecossistemas, habitats e espécies ameaçadas de extinção. No contexto das metrópoles, as Unidades de Conservação urbanas também prestam inúmeros bens e serviços ambientais, ainda desconhecidos pela população, como: permitem a infiltração de água no solo amenizando problemas de enchentes, seqüestram carbono da atmosfera melhorando a qualidade do ar, amenizam a temperatura promovendo o conforto térmico, mantêm um banco genético de diversidade biológica permitindo o fluxo gênico, propiciam a ampliação do conhecimento científico em diversas áreas, fornecem alimento e abrigo para aves migratórias, mantêm a paisagem natural da região, oferecem áreas de recreação, lazer e educação para a população, além de serem uma herança para as futuras gerações.

A expansão urbana verificada em diversas cidades brasileiras no último século levou ao cercamento e ilhamento dos fragmentos florestais (Unidades de Conservação ou parques urbanos) remanescentes nas cidades. Apesar dessa proximidade das populações às UCs proporcionar condições especiais para o contato com a natureza, as contradições inerentes aos grandes centros urbanos, como o adensamento populacional e as desigualdades de acesso a serviços e políticas públicas de habitação, saneamento, educação, lazer e segurança; refletem-se na relação que as comunidades estabelecem com os parques. Surge uma série de conflitos socioambientais, como a ocupação de terras públicas por meio de loteamentos clandestinos, o descarte de lixo e esgoto em áreas verdes e a violência urbana.

Esses conflitos constituem alguns dos principais desafios à gestão dessas unidades e apontam para a necessidade de desenvolver programas de educação ambiental com as comunidades do entorno, estimulando uma visão crítica e reflexiva sobre os problemas da região.

Loureiro 2006 chama a atenção para o trabalho de educação ambiental (EA) realizado pelos órgãos públicos, dentro ou no entorno de UCs, em que são distribuídos materiais de divulgação como cartilhas e panfletos com linguagem inadequada, impondo uma conduta vista como corretas por esses órgãos. O conhecimento técnico

dos órgãos ambientais é transmitido nos materiais de divulgação, na tentativa de realizar um processo educativo, mas totalmente desvinculado de um programa pedagógico e da realidade ambiental em que a comunidade está inserida (Brugger, 1994 appud Loureiro 2006).

Desde 2000, com a aprovação da Lei do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza foram introduzidas modificações na política de gestão das UCs com a finalidade de assegurar a participação de diversos segmentos da sociedade, como o fomento a criação de conselhos gestores (consultivos ou deliberativos) com representantes da sociedade civil.

Atualmente há um crescente reconhecimento por parte dos gestores que os processos educativos que envolvem a conservação da biodiversidade necessitam ultrapassar a etapa de sensibilização, partindo das percepções e necessidades dos atores locais, para estabelecer um processo de co-aprendizado e co-responsabilidade.

Presenciamos a emergência de novos modelos de gestão e projetos de conservação baseados em experiências que buscam a interlocução com os diferentes atores sociais envolvidos na área, considerando as percepções e expectativas da população local e sua participação direta no planejamento, manejo e gestão das UCs (Bensusan, 2006).

Para adotar a EA que ultrapasse a sensibilização e incorpore a visão socioambiental lançando-se na esfera política, a gestão das unidades de conservação deve construir espaços para o diálogo e o compartilhamento de saberes, bem como a promoção de ações que favoreçam a compreensão dos problemas ambientais, especialmente àqueles que interferem na conservação da biodiversidade.

Dentre as diversas abordagens de EA identificada por Tozoni-Reis, 2008 p. 157, neste trabalho nos apropriamos da abordagem crítico-transformadora, conceituada pela autora como uma abordagem que:

“concebe a educação ambiental como um processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que tem como objetivo a construção de uma sociedade mais justa nas dimensões ambiental e social.”

Ao adotarmos uma prática educativa transformadora e crítica não podemos deixar de destacar Paulo Freire (1984) que defende que todos os envolvidos no processo educativo, ao conhecer profundamente a realidade local, estão aptos a promover questionamentos, reflexões e críticas de sua própria condição na sociedade, das relações entre os homens e deste com o ambiente. Essa visão crítica da realidade se constrói pelo

compartilhamento de saberes e realidades que dentro de grupos, fóruns e demais espaços fomentam discussões que podem caminhar para a transformação da realidade.

Tristão (2005) ao discutir EA dentro do contexto político participativo, salienta que nas questões socioambientais em geral, a comunidade atribui ao governo a total responsabilidade de seus problemas (consequência de uma sociedade que viveu longo período de práticas acríicas). o que enfraquece a formação de comunidades com domínios políticos e participativos. Neste caso a educação ambiental deve priorizar ações coletivas, fortalecer o associativismo e resgatar a politização.

Quintas (2004) contribui para a prática de EA crítica e participativa ao definir a gestão ambiental pública como:

um processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico, natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Este processo define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também como se distribuem os custos e benefícios decorrentes da ação destes agentes.

O autor esclarece ainda que a EA dentro do processo de gestão ambiental ocorre num espaço tensionado sobre a destinação dos recursos ambientais na sociedade, por isso os profissionais devem ser qualificados e dominar conhecimentos e metodologias específicas para o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem junto aos diferentes segmentos da sociedade.

Diante desses novos modelos de conservação e da perspectiva de educação ambiental crítica e transformadora torna-se importante a identificação das percepções das populações do entorno, de seus valores e dos conflitos socioambientais presentes. Um objetivo importante da pesquisa baseada na percepção ambiental é fornecer um entendimento sistemático e científico da visão de dentro pra fora, ou seja, do indivíduo ou comunidade local em relação às questões ambientais, visão essa caracterizada pela familiaridade e experiência de longa data (WHYTE, 1977).

Os estudos de percepção ambiental permitem compreender a maneira com que as comunidades locais percebem e interagem com as unidades de conservação, possibilitam a compreensão das motivações que geram os conflitos, fornecendo subsídios para elaboração de estratégias de conservação e educação ambiental.

O termo percepção, para a maioria dos estudos de percepção ambiental, tem uma conotação abrangente. Inclui não apenas as percepções fisiológicas ou sensoriais (que compreendem as atividades vitais do ser humano), mas também as imagens que formamos mentalmente sobre o mundo vivido, nossas memórias, experiências (aquilo que conhecemos), predileções (o que valoramos), interpretações, atitudes e expectativas (DEL RIO 1991).

A etapa cognitiva processa as informações sobre o ambiente atribuindo-lhes significado. Nessa etapa está presente um complexo de respostas culturais, como a memória, as experiências, os valores, a avaliação e o julgamento, que atuam como filtros seletivos da informação percebida.

Parte dos estudos de percepção está baseada na fenomenologia, para a qual a realidade revela-se como um conjunto complexo de fenômenos, impossível de ser reduzido a relações de causa-efeito ou de ser compreendido em sua plenitude. Essa corrente se consolidou nos estudos desenvolvidos no campo da Geografia Cultural, buscando a percepção da paisagem a partir da perspectiva do indivíduo, valorizando a intersubjetividade, os sentimentos e a experiência de vida como fontes de conhecimento (DEL RIO, 1996).

Um conceito-chave utilizado nos estudos de percepção baseados na fenomenologia é a topofilia. Criado por Bachelard em “A poética do espaço” (1952), é utilizado por Tuan para definir os laços afetivos que os seres humanos estabelecem com o lugar. Segundo o autor, o lugar ou ambiente não é necessariamente a causa principal da topofilia, mas toda a simbologia pertencente às representações, que em conjunto produzem uma ligação emocional (TUAN 1980, 1983).

Marin et al (2005) aponta para a necessidade de superação do enfoque dado usualmente pelos estudos de educação ambiental em levantamentos conceituais e análise de representações sociais, enfatizando a necessidade de tomar a imaginação, a memória e a nostalgia como objeto de estudo, considerando-as formas de expressão de um momento talvez mais próximo da experiência fenomenológica do que as construções puramente conceituais.

A percepção ambiental para Torres & Oliveira (2008) deve ser amplamente utilizada como um instrumento de avaliação da percepção de comunidades humanas que vivem dentro ou no entorno de unidades de conservação, bem como de visitantes, gestores e pesquisadores. Para os autores a formulação de qualquer projeto de educação

ambiental que venha a ser implantado nessas áreas deve possuir um conhecimento prévio sobre as relações existentes entre o homem e a natureza e dessa forma, os projetos de EA poderão lidar melhor com os problemas encontrados, podendo assim alcançar melhores resultados.

Partindo do pressuposto que o diagnóstico da percepção ambiental da comunidade do entorno de UCs permite a compreensão mais ampla dos anseios da população e os conflitos existentes, este trabalho propõe a implantação de um projeto de educação ambiental subsidiado pela percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga

Área de Estudo

O Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI) é o terceiro maior remanescente de Mata Atlântica do município com 526 ha de área abriga rica biodiversidade, dois importantes aquíferos subterrâneos e 24 nascentes, três das quais formam o histórico Riacho do Ipiranga. Além disso, é sede de diversas instituições públicas e centros de pesquisa e educação, como a Fundação Parque Zoológico e o Jardim Botânico de São Paulo (Instituto de Botânica).

Localizado na região sudeste do município de São Paulo, faz limite com Diadema e São Bernardo do Campo, cidades que compõe o ABC paulista. O Parque sofreu grande interferência e fragmentação com a construção da Rodovia dos Imigrantes que utilizou parte da sua área do Parque reduzindo a delimitação original. Em decorrência de sua localização e do histórico de ocupação, o entorno do PEFI é constituído por bairros periféricos com alta densidade populacional e padrão desordenado de ocupação, gerando um cenário de conflitos socioambientais que deflagram impactos no Parque. Santos (2006) destaca a presença de lixo e esgoto doméstico eliminado por moradores do entorno no interior da mata fato que desencadeia impactos na vegetação, no solo e na qualidade das águas das nascentes.

O Parque era delimitado por um muro (Figura 1) que constantemente era alvo de vandalismo, possibilitava o acesso ilegal à mata e a ocorrência de ações ilegais, além disso, dificultava a visão de seu interior. Esses fatores provocavam forte sentimento de insegurança na comunidade

Cerati et al. (2002) descreve diversas ações educativas realizadas com o objetivo de sensibilizar os moradores do entorno para a preservação dessa área. No entanto, essas

ações eram pontuais desvinculadas da realidade local. Para a melhoria da qualidade socioambiental da região não basta apenas sensibilizar, é necessário criar um entorno participativo, crítico e atuante frente aos problemas instalados na região ao longo do tempo. Diante da realidade apresentada o presente estudo tem os seguintes objetivos:

- diagnosticar as percepções e expectativas dos moradores do entorno em relação ao PEFI e os conflitos a ele associados;
- a partir do diagnóstico definir, em conjunto com a comunidade, estratégias para a melhoria da qualidade socioambiental da região,
- contribuir com o processo de conscientização e despertar a co-responsabilidade da comunidade na conservação do Parque .
- minimizar os problemas ambientais da área.

Para alcançar os objetivos propostos a pesquisa foi realizada em 2 etapas: a) diagnóstico da percepção ; b) estabelecimento de um mecanismo de diálogo entre gestores e comunidade para proposição de ações conjuntas. Para facilitar a descrição cada etapa será descrita separadamente.

Diagnóstico da percepção ambiental: metodologia e resultados³

Foram combinados dois métodos complementares para coleta de dados - entrevistas e observação participante, seguindo uma abordagem descritiva.

A entrevista foi orientada por um questionário semi-estruturado, com questões fechadas e predominância de questões abertas que, de acordo com Whyte (1977) aproxima a visão do respondente sobre a situação e minimiza o efeito dos preconceitos do pesquisador sobre as respostas. O questionário abordou o perfil sócio-econômico, o diagnóstico da percepção do bairro e o diagnóstico da percepção do Parque, sendo que no presente trabalho destacamos apenas os resultados relativos às percepções e expectativas dos moradores com relação ao Parque.

Foram realizadas de 36 entrevistas entre novembro de 2006 a abril de 2007. Para a análise das entrevistas utilizamos o método de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), principalmente na análise das respostas às questões abertas.

Dos entrevistados (com proporção igual de homens e mulheres) a maioria estava na faixa entre 40 a 70 anos. O nível de escolaridade mostrou-se consideravelmente

³ Os resultados apresentados foram extraídos da Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em Biologia da segunda autora /USP, intitulado *Percepção Ambiental dos moradores do entorno do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, São Paulo, SP*.

baixo: 47% não completaram o 1º grau e apenas 22% concluíram o 2º grau. 83% possui casa própria, resultado de ocupações antigas e auto-construções, sendo que 64% moram no bairro há mais de 20 anos. Entre os moradores mais antigos grande parte são de migrantes do interior de São Paulo e de outros estados, vindos de pequenas cidades e áreas rurais, fato que mostrou ser significativo para a formação dos valores ambientais e de laços afetivos com o lugar.

Foram levantadas as imagens positivas e negativas sobre a mata do Parque. Dentre as imagens positivas destacam-se os elementos naturais presentes no interior da mata (árvores, animais, frutas, água das nascentes), qualidades (boa, bonita, ar puro) e representações de natureza. O principal benefício que os moradores visualizam em morar ao lado da mata é o ar puro que é associado à saúde e qualidade de vida.

A partir das falas de alguns moradores identificamos diversas representações de natureza que contém valores presentes no imaginário desses moradores. Aparecem frequentemente valores estéticos (beleza, ver o verde, ver os animais), espirituais (purificadora, parte de Deus), terapêuticos (ar puro/ saúde, acalma, cheiro de matto) e utilitários (legumes, frutas, área de plantio, área de lazer).

Faz parte da natureza, os animais fazem parte da natureza. Faz parte de Deus, ele criou tudo isso. Somos privilegiados de ter uma Mata Atlântica na frente de casa. (Informante fem., 63 anos)

Ao serem questionados se já entraram na mata, 53% respondeu que sim justificando que no passado essa entrada ocorria para diferentes finalidades. Os moradores mais antigos relatam que quando chegaram ao bairro não havia saneamento básico, as ruas não tinham pavimentação, o comércio era incipiente e para ter acesso ao transporte público atravessavam as trilhas existentes no Parque. A água das nascentes era o principal recurso utilizado pelos moradores. Além disso, a mata era utilizada como espaço de lazer por adultos e crianças para brincar, caçar, pescar, cultivar horta e árvores frutíferas.

Não tinha água nem esgoto, a gente ia tomar banho dentro da mata. Pegava água pra beber e trazia pra casa. O bairro era muito gostoso, tinha sossego, não tinha malandragem. (Informante fem., 63 anos)

Quando a gente veio pra cá meu marido plantava lá dentro, roçado, horta e a gente tinham contato com a terra. Eu gostava. Atravessava por dentro da mata pra pegar ônibus e gostava. (Informante fem., 52 anos)

As citações acima demonstram como os sentimentos de topofilia ou afinidade estão diretamente ligados à experiência cotidiana dos moradores com a mata,

dialogando com autores da corrente fenomenológica (TUAN, 1980; MARIN, 2003). Esse fato parece contraditório, uma vez que muitas das atividades que eram praticadas são consideradas impactantes, como a caça, a pesca e o plantio de espécies exóticas. No entanto foi por meio dessas atividades que o Parque foi conhecido e valorado pelos moradores mais antigos. Atualmente poucas pessoas acessam a mata, uma vez que a legislação é proibitiva, ou porque têm medo.

Ainda com relação a topofilia, outro caráter importante identificado foi a memória e nostalgia dos lugares de origem dos moradores e de sua infância. Muitos moradores valorizam a mata e o bairro onde moram pelas lembranças que ela suscita de seu lugar de origem, constituindo um elo com seu passado e suas raízes.

Eu gosto por causa do ar e do verde, ficar olhando a natureza. Acho que é por isso que eu gosto de morar aqui. Me faz lembrar o Norte. (Informante fem., 52 anos)

Com relação às imagens negativas destaca-se a violência e falta de segurança (61%) identificada pelos moradores como o principal prejuízo em ser vizinho à mata do PEFI, seguida pela presença de grandes quantidades de lixo e entulho nas margens do Parque (14%) e em menor proporção a presença animais mortos deixados por moradores, a ocorrência de animais peçonhentos (principalmente cobras) e queimadas esporádicas (menos de 5%). O muro que cerca o Parque, também foi indicado como algo negativo, uma vez que na data das entrevistas se encontrava em estado de abandono (Figura 1). Muitos moradores associavam o muro ao problema da violência, pois ele facilitava a entrada de pessoas e impedia a visão do que se passava no interior da mata. É importante ressaltar que 16% responderam não encontrar nenhum prejuízo em morar ao lado do Parque, fator que consideramos positivo.

Observamos que a ocorrência de crimes no interior e proximidades da mata, especialmente o caso do “maníaco do Parque”, fato que teve ampla repercussão na mídia, marcou o imaginário dos moradores e da população em geral. Esse e outros casos provocam um forte sentimento de medo e insegurança, identificado na fala da maioria dos moradores, especialmente na das mulheres mais jovens. Esse medo está associado a casos de violência contra mulheres ocorridos no local e à insegurança das mães com relação às crianças, conforme indicam as falas a seguir:

Medo de estuprador. Agora sem muro dá mais medo ainda. Medo de bicho. (Informante fem., 41anos)

A entrada da mata é do lado da escola. Pode gritar que ninguém socorre.
(Informante fem., 53 anos)

O sentimento de medo apareceu algumas vezes mesclado por uma afeição pela mata, mas em muitos casos observamos que provoca um total afastamento ou aversão dos moradores, sendo prejudicial para a valorização e conservação do Parque.

O problema da violência é um dos principais desafios para a gestão de UCs urbanas, uma vez que não diz respeito somente ao Parque, mas é uma questão de segurança pública, abrangendo outras esferas de atuação que vão além da fiscalização do território, envolvendo a atuação da polícia e ações preventivas, como políticas públicas de educação, lazer e cultura.

Com relação ao lixo, investigamos quais representações os moradores atribuem a ele. Foi possível identificar representações negativas ligadas à sujeira e insalubridade, mas também positivas, como o conceito de reciclagem, que parece estar bastante difundido entre os moradores, sendo comum a venda de recicláveis como fonte de renda. Encontramos ainda representações que foram classificadas como neutras, por não atribuírem valores positivos ou negativos ao lixo, mas que demonstram certo descaso, como a fala a seguir:

Lixo é o que a gente joga na lixeira, não serve pra nada. A gente joga na lixeira e o caminhão leva embora (Informante masc., 52 anos)

O descarte de lixo e entulho nas margens da mata apareceu de forma crítica e muitos entrevistados recriminaram essa atitude de alguns moradores, indicando que às vezes deixam os sacos de lixo após a passagem do caminhão de coleta.

Observamos que essas práticas estão relacionadas em grande parte às condições de urbanização e de acesso a serviços públicos. Durante muitos anos, quando o bairro ainda não havia sido urbanizado, não houve oferecimento de serviço de coleta pela prefeitura, e os moradores tinham o hábito de jogar o lixo na mata ou queimá-lo conforme nos relatou um dos moradores:

Antigamente a gente jogava em qualquer canto, nos terrenos que tinha aí, e já queimava. Jogava na mata. Antigamente não tinha coleta (Informante masc., 52 anos)

Todos os entrevistados afirmaram conhecer o serviço de coleta da prefeitura, porém alguns moradores não sabiam dizer com segurança o dia da coleta. Isso se deve ao fato desses entrevistados residirem em um núcleo de habitação ocupado

recentemente, onde não há acesso por via pública (as casas são adensadas e o acesso se dá por uma viela estreita). Assim foi necessário construir uma lixeira na calçada e reunir o lixo dos moradores para coleta, o que acontece mesmo fora dos dias e horários em que o caminhão passa. Além desse, existem outros núcleos de habitação sem via pública que fazem limite com o Parque, onde as pessoas acabam jogando o lixo no Parque devido à dificuldade na sua disposição para a coleta. Esses fatores precisam ser considerados em qualquer programa que vise a conscientização da população para a questão do lixo.

Os dados obtidos com o diagnóstico da percepção foram importantes para reconhecer os principais conflitos existentes na comunidade e sua relação com o Parque e permitiram compreender algumas das motivações desses conflitos, como os fatores históricos, culturais e afetivos que condicionaram o uso dos recursos do PEFI.

O melhor conhecimento a respeito da realidade local dessa comunidade assim como a aproximação dos moradores foram importantes para subsidiar o planejamento de ações de intervenção educativas na área, etapa descrita na sessão a seguir.

Construindo um projeto de educação ambiental: metodologia e resultados

A pesquisa-ação foi escolhida como metodologia para a intervenção educativa, uma vez que acreditamos ser capaz de promover as reflexões sobre os problemas identificados no diagnóstico através da busca de soluções coletivas para enfrentar esses problemas.

Como procedimento metodológico para estabelecer um processo educativo, utilizamos a pesquisa-ação. Para Thiollent, 2005 a pesquisa-ação envolve um processo de construção da realidade onde todos os envolvidos têm voz ativa e participam de uma ação ou a resolução de um problema coletivo, envolvidos de modo cooperativo e participativo. De acordo com Tozoni-Reis (2005) a metodologia de pesquisa-ação em educação ambiental está centrada em três “práticas” que se articulam entre si: a produção de conhecimento, ação educativa e a participação dos envolvidos, tomando como ponto de partida um problema existente e detectado pelas equipes. Nesta pesquisa os participantes deixam de ser objeto de estudos para serem produtores de conhecimento de sua própria realidade.

A metodologia de pesquisa-ação se inseriu dentro de um processo mais amplo de mudanças que estavam em curso no momento da pesquisa. A comunidade e políticos locais haviam se articulado para reivindicar aos gestores do Parque a substituição do

antigo muro por gradil, o que permitiria a visão e o controle da mata. Essa reivindicação foi atendida pelos gestores, porém cientes de que a simples substituição do muro poderia fracassar, uma vez que era uma prática realizada há muitos anos sem sucesso, buscaram uma articulação com representantes da prefeitura de Diadema e educadores ambientais, a fim de gerar um processo de co-responsabilização da população local pela obra e pela conservação do Parque.

A estratégia escolhida para fomentar esse processo foi a formação de um Conselho de Compromisso, que se caracteriza como um espaço político que viabiliza o intercâmbio de informação, a mediação dos conflitos e a negociação entre comunidade e o Poder Público. A criação desse conselho faz parte de uma política pública da prefeitura de Diadema intitulada *Programa Ação Compartilhada*, cuja definição está descrita a seguir:

... uma parceria entre a Prefeitura do Município de Diadema e entidades da sociedade civil para a valorização da educação popular democrática. Através da educação popular e elaboração conjunta, o Programa contribui na construção conhecimentos coletivos incorporando a comunidade na execução de políticas públicas permanentes, evitando depredações nos equipamentos públicos e democratizando o acesso à educação, cultura, esporte e lazer. Com a participação de entidades da Sociedade Civil na gestão dos espaços públicos, por meio dos Conselhos de Compromisso, o Programa atua amplamente no combate a violência, analfabetismo e massificação cultural. A comunidade se apropria dos espaços e os torna verdadeiramente públicos, pertencentes ao povo. (<http://www.diadema.sp.gov.br/csp/diadema/secretarias/secretariadetelhes.csp?OBJID=75&SecretariaId=10>)

Foi formado o Conselho de Compromisso dos moradores da Rua Alfenas (rua que separa o PEFI – município de São Paulo- e a comunidade – município de Diadema) O Conselho promoveu um total de 20 reuniões no período de fevereiro de 2007 a março de 2008 e contou com a participação de representantes do Poder Público Municipal (vereadores, representantes da Secretaria da Educação e Segurança Pública), Estadual (gestores do Parque e educadores ambientais) e representantes da comunidade.

Para divulgar o Conselho de Compromisso aos demais moradores e estimular a participação comunitária nas reuniões, foi realizado o evento “Agita Alfenas” em toda a rua e contou com brincadeiras, atividades educativas e palestras sobre preservação.

Para Tristão (2005) os encontros com a comunidade, as trocas, as relações, as conectividades são ações que contribuem na formação da autoconsciência do grupo, rompendo as fronteiras entre público e privado, coletivo e individual, objeto e sujeito,

emoção e razão, tão necessárias para a formação do caráter político participativo das comunidades.

Inicialmente o Conselho teve um objetivo pré-estabelecido, realizar atividades de lazer comunitário e promover o uso das novas áreas criadas (calçada e recuos paisagísticos), estimulando sua valorização e conservação. No entanto, a tônica das discussões se modificou ao longo das reuniões, pois a presença de representantes dos diferentes setores do Poder Público estimulou a participação mais reivindicativa dos moradores, que aproveitaram o canal de diálogo para expor os problemas locais e cobrar ações dos órgãos públicos responsáveis.

Conforme havia sido levantado no diagnóstico da percepção, o lixo, a violência e muro eram os principais conflitos presentes na comunidade e sobressaíram nas reuniões como interesses prioritários para os representantes da comunidade. Essas questões foram identificadas como temas geradores no processo da pesquisa-ação. Tozoni-Reis 2006 discorre sobre a importância de temas geradores na perspectiva de uma educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória. Para a autora esses temas emergem do grupo envolvido e, contextualizados na realidade socioambiental permitem uma análise crítica dessa realidade propiciando um movimento de construção coletiva de conhecimento que contribuem para a resolução de problemas e transformação social e ambiental.

Conforme foi discutido no diagnóstico da percepção o descarte de lixo e entulho nas ruas, calçadas e no interior do Parque era um grande incômodo para os moradores. Durante as reuniões do Conselho foram problematizadas questões sobre quem joga o lixo e entulho, por quem joga e que formas tinham para coibir essas ações. Foi identificada a necessidade de realizar ações de conscientização na comunidade para informar a maneira correta de armazenagem e descarte de lixo. Um meio para divulgar essas informações foi a confecção de placas de alerta, colocadas ao longo da rua, informando as datas de coleta de lixo e de um telefone de denúncias contra o depósito ilegal de entulho. Foram discutidas também formas de controle e coibição dessas ações, de onde surgiu a proposta de divulgar o telefone para denúncias. Essa questão da coibição era delicada, pois gerava conflitos entre moradores vizinhos, desgastando relações pessoais.

Com relação à segurança foi organizado um abaixo-assinado solicitando o aumento do policiamento no local, uma antiga demanda dos moradores, que foi

encaminhado à Secretaria Municipal de Segurança Pública. Devido a essa mobilização dos moradores foi instalada uma câmera de vigilância em local da rua com alta incidência de assaltos, passando a fazer parte do programa de monitoramento da prefeitura. Além disso, foi ativada uma base de vigilância do PEFI e a fiscalização foi reforçada por meio de rondas periódicas no interior da mata realizada em parceria com a polícia ambiental.

O acompanhamento das obras foi fiscalizado pelos participantes do Conselho e como resultados conseguiram interferência no projeto inicial (Figura 2). Recuos foram incluídos na calçada para criar áreas para lazer, pois uma queixa recorrente dos moradores é a falta dessas áreas em todo o bairro. Esses recuos receberam ainda tratamento paisagístico e o plantio de 120 mudas de jerivás (*Syagrus romanzoffiana* (Cham.) Glassman), palmeira nativa da Mata Atlântica, ao longo da calçada. Esse plantio envolveu a comunidade e muitos tiveram a oportunidade de plantar a sua muda. Além disso foram realizadas atividades educativas (jogos e oficinas) com crianças do Programa Escola da Família, para sensibilizá-las sobre a conservação da mata do Parque e o plantio das mudas.



Figuras 1-2. 1. Área antes da intervenção. 2. Após a intervenção.

As propostas surgidas durante as reuniões do Conselho eram encaminhadas aos representantes da prefeitura, PEFI e lideranças dos moradores. Os representantes dos órgãos públicos se incumbiam da obtenção dos recursos materiais necessários, enquanto que os moradores se responsabilizavam pela divulgação de informações sobre o Conselho e das atividades aos demais moradores, criando assim um fluxo de organização de informações Poder Público e comunidade.

Cabe considerar que os acordos quanto às ações não eram fáceis, mas resultavam de um processo de negociação entre diferentes interesses, conforme a definição de gestão pública fornecida por Quintas (2004) e citada anteriormente. É justamente nesse processo de negociação que ocorrem as transformações de percepção, uma vez que as diferentes visões sobre a questão entram em choque.

Sobre o aprendizado em grupo gerado pelos processos participativos Pimbert e Pretty (2000) afirmam:

esse debate muda as percepções dos atores em seu preparo para ação trazendo posições mais sofisticadas sobre o mundo”, tem-se um acordo sobre a ação e “essa ação inclui reforço ou reconstrução de instituições locais, aumentando, portanto, a capacidade das pessoas iniciarem as ações por seus próprios meios.

Ao participarem dos processos de tomada de decisão e perceberem que podem influenciar diretamente na resposta dos órgãos públicos às suas demandas, os moradores passaram a sentir-se responsáveis por cuidar da sua rua e do Parque e começaram a atuar como parceiros na fiscalização, monitorando e denunciando o mau uso da área. Diversas vezes recebemos queixas de invasões.

O resultado das obras e paisagismo trouxe mudanças positivas na percepção dos moradores, que passaram a valorizar melhor o lugar onde moram. A notícia a seguir, publicada pela prefeitura de Diadema sobre Conselho de Compromisso, retrata essa mudança de percepção:

Ações conjuntas entre moradores e a Prefeitura garantiram que as mudanças na rua Alfenas possibilitassem a sensação de segurança. O muro que dava acesso ao Parque do Estado foi reformado e a troca do gradil permite uma visão privilegiada para quem passa no local e valoriza a área verde. As mudanças deixaram marcas na população que, hoje, fiscaliza para que não seja feito o despejo de lixo e entulhos no local.

Notícia do Agita Alfenas em 25/04/2008 (Opinião dos moradores)

Antônio Augusto Moraes, morador do bairro há 18 anos, faz parte do Conselho de Compromisso e comemora as mudanças. "O lugar ficou muito bonito e temos que cuidar para que continue assim", comemora Antonio Augusto. "As pessoas vem nos visitar e comentam como está diferente,

<http://www.diadema.sp.gov.br/csp/diadema/noticia.csp?OBJID=5132>

Considerações finais

Com relação ao diagnóstico da percepção os relatos dos moradores sobre as histórias, experiências, nostalgias, revelam um PEFI diferente do conhecido pela maioria dos funcionários e usuários do Parque, cujos significados foram construídos ao longo dos anos pela experiência direta e pessoal com a área do Parque a qual tinham acesso. Conhecer os relatos de percepção permitiu a compreensão dos problemas do

PEFI no âmbito sócio-cultural e contribuiu para quebrar preconceitos com relação aos moradores, muitas vezes vistos pelos órgãos gestores das UCs como infratores e inimigos da conservação.

Foi possível compreender a diversidade de interesses, valores, motivações e expectativas dos moradores com relação ao PEFI e aos problemas ambientais, a complexidade das interações entre os moradores e dele com o Parque.

O processo participativo no Conselho ampliou ainda mais nosso olhar sobre a realidade local. Cabe destacar que as ações planejadas em conjunto pelo Conselho foram tentativas de conscientizar o restante dos moradores, mas não pretendiam resolver inteiramente os conflitos como o descarte de lixo e violência, uma vez que esses conflitos são resultados do tensionamento de diversos interesses difusos entre os moradores.

O maior resultado de todo o processo foi o aprendizado mútuo de seus participantes. Durante as reuniões a realidade local foi conhecida profundamente e a visão crítica das condições ambientais fomentou a participação política e transformação a realidade, provocando em todos os envolvidos no processo o sentido de co-responsabilidade e pertencimento.

Ressaltamos que a substituição do muro era uma prática realizada há muitos anos e não solucionava os problemas na área. A partir da implantação do projeto de educação ambiental com a participação direta dos moradores do entorno na revitalização da área, se despertou o sentimento de co-responsabilidade da comunidade na conservação do Parque e na minimização dos problemas ambientais existentes na área.

O conselho de compromisso definiu uma política participativa aberta cabendo aos participantes opinar, organizar-se, defender seus direitos e refletir sobre seus deveres quanto cidadão. Foi um movimento voltado à nova cultura de direito, uma experiência inovadora que favoreceu a capacidade crítica e participativa de todos os envolvidos. O processo educativo abriu espaço de interlocução que ampliou o grau de responsabilidade dos diferentes segmentos da sociedade que sempre tiveram pouca ou nenhuma responsabilização pela área.

A abordagem crítica e participativa da educação ambiental gera aprendizado entre todos os envolvidos e possibilita à comunidade a compreensão de sua responsabilidade perante os demais atores sociais. Individualmente os moradores

passaram a atuar como agentes de preservação, monitorando e denunciando o descarte de lixo e entulho e as ações ilegais que ocorriam no Parque, como a caça e ações criminosas.

Hoje a população compreende a função do Parque e os benefícios socioambientais que ele promove. Com esta experiência corroboramos com os conservacionistas que afirmam que nenhum projeto de conservação da biodiversidade terá sucesso sem a educação e o envolvimento da população.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- DEL RIO, Vicente. Desenho urbano e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro: a contribuição ao estudo da percepção ambiental. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. 1991. 518p.
- DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia. (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel. Universidade Federal de São Carlos, SP, 1996. 265p.
- CARLSSON, L.; BERKES, F. Co-management: concepts and methodological implications. **Journal of Environmental Management**. v. 75, n. 1, p. 65-76, 2005. Disponível em <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol18/art31v18a27.pdf>. Acesso em 21 abr. 2008.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A Questão ambiental e a emergência de um campo de ação político pedagógica. In LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, R.S.C.; CASTRO, R.S. (Orgs.). **Sociedade e meio Ambiente: a educação ambiental em debate**.
- CERATI, T. M. et al. O PEFI como instrumento de educação. In: BICUDO, D. C.; FORTI, M. C.; BICUDO, C. E. M. (Org). **Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI): unidade de conservação que resiste à urbanização de São Paulo**. São Paulo: Editora Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2002. p. 15-28.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

TORRES, D. de F.; OLIVEIRA, E.S. **Percepção Ambiental: Instrumento para educação ambiental em unidades de conservação.** Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. v. 21, 2008. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol21/art15v21.pdf>. Acesso em 01/07/2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006

MARIN, A. A.; OLIVEIRA, H. T.; COMAR, V. Percepção ambiental, imaginário e práticas educativas. **III Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental - EPEA.** Ribeirão Preto-SP, 2005.

_____. **Percepção Ambiental e Imaginário dos moradores do município de Jardim/MS.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

QUINTAS J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRAGUES, P. P. **Identities da Educação Ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretora de Educação Ambiental, 2004. p 113-140.

SANTOS, Rosely Ferreira dos (Coord. Técnica). Estudos sócio-econômico-ecológico e legislativo para caracterização, zoneamento e implantação do Plano de Manejo do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga e do seu programa de eco-desenvolvimento: **diagnóstico.** Campinas: Laboratório de Planejamento Ambiental – LAPLA/Planejamento Engenharia Agrícola Ltda – PLANTEC. 2006. V.1. 256 p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TOZONI-REIS, M. F. C. Pesquisa-ação: compartilhando saberes; Pesquisa e ação educativa ambiental. In: **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivo educadores.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: <http://mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/encontros.pdf>.> Acesso em: 12/04/2008

TOZONI-REIS, M. F. C. **Temas ambientais como temas geradores.** Educar, Curitiba, no 27, p. 93-110, 2006. Editora UFPR.

TRISTÃO, Marta. **Tecendo os fios da educação ambiental:** o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 251-264, maio/ago. 2005

TUAN, YI-FU. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980. 288p.

_____. **Espaço e lugar.** São Paulo: DIFEL, 1983.

WHYTE, Anne. V. T. **Guidelines for field studies in environmental perception.** Paris: UNESCO, 1977. Technical Notes n. 5. 117p.